

ORDEM DO DIA

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Comunicações do Presidente

3. Audição do Conselho das Escolas sobre o “Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória”, a requerimento dos Grupos Parlamentares do PSD e do PS - 10h00

4. Audiência à FENPROF - Federação Nacional dos Professores - sobre as Apreciações Parlamentares ao DL 45/2016 - 11h00

5. [Petição n.º 265/XIII \(2.ª\)](#) – apresentada por Associação de Pais e Encarregados de Educação dos Alunos da Escola Secundária José Falcão - Solicitam a adoção de medidas com vista à realização de obras na Escola Secundária José Falcão

- Apreciação e votação do relatório final da petição
- Deputado Relator: Pedro Coimbra - PS

6. [Petição n.º 256/XIII \(2.ª\)](#) – apresentada por Ana Margarida Carvalho Maia – Solicitam que sejam adotadas medidas com vista à resolução da situação contratual precária dos técnicos especializados nas escolas

- Apreciação e votação do relatório final da petição
- Deputado Relator: Álvaro Batista - PSD

7. [Projeto de Resolução n.º 816/XIII/2.ª \(PCP\)](#) – Defende a conclusão da construção da Escola Básica Diogo Lopes de Sequeira – Alandroal

- Redação Final

8. [Projeto de Resolução n.º 854/XIII/2.ª \(PSD\)](#) - Recomenda ao Governo que adote medidas que permitam a realização de obras de construção do Pavilhão Gimnodesportivo da Escola Básica Diogo Lopes Sequeira do Alandroal

- Redação final

9. Apreciações Parlamentares n.ºs [23/XIII/2.ª \(BE\)](#) e [25/XIII/2.ª \(PCP\)](#) – “Primeira alteração, por apreciação parlamentar, ao Decreto-Lei n.º 57/2016, de 29 de agosto, que aprova um regime de contratação de doutorados destinado a estimular o emprego científico e tecnológico em todas as áreas do conhecimento”

Redação final

10. Data da próxima reunião

14 de junho de 2017 (quarta-feira), às 10h00

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

O Presidente da Comissão, Deputado Alexandre Quintanilha, colocou à votação a aprovação da proposta de ordem do dia, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

2. Aprovação da ata

Não havendo atas a aprovar, passou-se para a discussão do ponto 3. Comunicações do Presidente.

3. Comunicações do Presidente:

3.1. Aprovação Relatório Audição de Peticionários – [Petição n.º 252/XIII/2.ª](#) - Solicita a criação de grupo letivo para Professores de Técnicas Especiais;

O Presidente colocou a votação a aprovação do relatório da audição de petição, supra exposto, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

3.2. Aprovação Relatório Audiência Plataforma Interface à Ciência;

O Presidente colocou a votação a aprovação do relatório da audiência à Plataforma Interface à Ciência, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

3.3. Pedido de audiência

O Presidente informou ter sido rececionado um pedido de audiência da ANPRI – Associação Nacional de Professores de Informática, que pretende assim ver esclarecidas as dúvidas sobre o Projeto GEN10S Portugal, questionando os Grupos Parlamentares se pretendiam que esta entidade fosse recebida em Comissão ou por Deputado Piloto, tendo sido determinada a sua audição por Deputado Piloto, a distribuir ao Grupo Parlamentar do PSD.

4. Audição do Conselho das Escolas sobre o “Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória”, a requerimento dos Grupos Parlamentares do PSD e do PS - 10h00

O Presidente da Comissão cumprimentou os membros da delegação do Conselho das Escolas sobre o “Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória”, composta pelo Senhor Doutor José Eduardo Lemos, Presidente do Conselho das Escolas, pela Senhora Doutora Lucinda Ferreira

e pelo Senhor Doutor António Pinto, representantes da Comissão Permanente do Conselho das Escolas. O Presidente lembrou, ainda, a grelha de tempo das intervenções e passou depois a palavra aos membros da delegação para a intervenção inicial.

Dada a palavra ao Presidente do Conselho de Escolas, o mesmo começou por referir que emitiram um [Parecer](#) sobre o [documento “Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória”](#), elaborado pelo Grupo de Trabalho criado nos termos do [Despacho n.º 9311/2016](#), de 21 de julho e coordenado pelo Professor Doutor Guilherme d’Oliveira Martins, não tendo muito a acrescentar ao referido parecer.

O Conselho de Escolas revê-se no documento, na visão, nos objetivos e nos princípios que dele constam. Trata-se de criar uma escola para o século XXI, que implicará a necessidade de organizar competências e definir metas.

A novidade, neste estudo, surge associada às competências do aluno, o que coloca a escola à procura de algo ligeiramente diferente do que o vem acontecendo nos últimos anos. Este estudo tem implicações ao nível do plano educativo e, ainda, no próprio acesso ao ensino superior. Trata-se de alargar as competências na formação do cidadão, do aluno. Isto é novo, é uma dimensão nova para a escola que exigirá alterações.

Referiu, ainda, que o Conselho não vê que o Perfil do Aluno possa ser iniciado sem pensar no sistema e na sua forma de organização. O perfil é uma luz ao fundo do túnel, mas há um longo caminho que não está bem iluminado. O perfil traz clareza para naquilo que se pretende do aluno.

Neste seguimento, iniciou a ronda de perguntas a Deputada Margarida Mano (PSD) que agradeceu a contribuição do Conselho de Escolas, que se traduziu, no fundo, no referido parecer a ter em conta e a considerar. Referiu que o Grupo Parlamentar do PSD partilha da posição do Conselho de Escolas, partilhando, ainda, algumas das suas preocupações. Expôs que o estudo em questão nada traz de novo. Trata-se, antes, de um documento de reflexão e não de um programa ou de uma reforma. A traduzir-se num programa ou reforma, considera que não será possível avaliar o documento e em que é que o mesmo se materializa. Terminou, referindo que a questão que se deve colocar é qual o objetivo do documento, se se trata do topo de uma reforma, pois que a ser assim será necessário clarificar.

A Deputada Odete João (PS) tomou da palavra para cumprimentar a delegação e expor que a presença da mesma se deveu a requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS e do PSD, depois da audição do Senhor Professor Doutor Guilherme d’Oliveira Martins. O Grupo Parlamentar do PS pretende ouvir todos os intervenientes, uma vez que o documento recolhe grande consenso. Neste sentido, congratulou o Conselho de Escolas por se rever neste documento. Referiu que este é um documento agregador que irá organizar e dar consistência aquilo que são as práticas das escolas. Prosseguiu, expondo que este perfil coloca novos desafios, trazendo este documento um novo paradigma para a escola. Salientou que a aprendizagem tem um lugar central, sendo o foco principal os alunos. Referiu que o Ensino Superior era o objetivo do Ensino Secundário, mas que hoje temos um outro conjunto de opções, devendo a escola ser vocacionada para a formação do cidadão. Anotou, ainda, que é preciso que outras entidades da comunidade, como as autarquias locais, se envolvam neste trabalho de desenvolvimento de conhecimento, de competências e do trabalho, pois que o pretendido é criar cidadãos livres e autónomos. Terminou, questionando o que é que consideram ser o primeiro trabalho das Escolas.

A Deputada Joana Mortágua (BE) cumprimentou os presentes e referiu existir um consenso muitíssimo alargado de várias entidades que têm sido ouvidas, nesta Comissão, quanto ao Perfil do Aluno. Expôs que ninguém é capaz de olhar para o documento e dizer que não é isto que se pretende, havendo, contudo um complexo associado a este, o que leva a uma difícil introdução deste conjunto de princípios e valores na escola.

Prosseguiu, expondo que a reforma curricular de 2012 criou uma dicotomia entre conhecimento e competências e atestou que a reforma ia contra o Perfil do Aluno. Apesar de o perfil ser

consensual, considera que nos últimos anos foi feito um caminho contrário, referindo que o grande desafio é dizer que durante muito tempo o secundário foi uma forma de escolha dos alunos para o Ensino Universitário.

Questiona assim, sobre o que é que o Conselho de Escolas considera necessário fazer para cumprir o programa.

A Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) cumprimentou a delegação e referiu dividir a sua exposição em três pontos, a saber, a posição do seu Grupo Parlamentar, a pronúncia do Professor Doutor Guilherme d'Oliveira Martins e perguntas que gostaria de ver respondidas.

Começou por referir que o seu Grupo Parlamentar concorda que é importante ter um documento desta natureza e que houve um alargamento da escolaridade obrigatória. Percebe que concorre para isso o facto de hoje termos desafios difíceis, e o documento em questão tem de ser, necessariamente abrangente, porque não existe um aluno médio, logo a definição tem de ser lata.

Quanto à pronúncia do Professor Guilherme d'Oliveira Martins, referiu que o mesmo salientou ser preciso combater a ignorância, o que não pressupõe, em si, uma uniformização, havendo espaço para flexibilidade. Na expressão por aquele utilizada, o aluno não tem de sair da escola com as “bolas da árvore de natal”. A escola tem de ir ao encontro do aluno e capacitá-lo em conformidade com as suas mais-valias. Este documento é, por isso, necessariamente ideológico. Considera que este documento decorre ou concorre para o estabelecimento do perfil, mas é preciso definir um professor e uma escola, é preciso definir fatores administrativos e de recursos humanos. Tal como referiu que não será possível desenvolver este perfil se a escola não tiver flexibilidade na escolha dos seus recursos. Questionou assim, se não estaria na altura de distinguirmos a escola do acesso à universidade, e ainda se não seria tempo para dotar as escolas e para discutir a questão do acesso.

Devolvida a palavra ao Senhor Doutor José Eduardo Lemos, Presidente do Conselho de Escolas, para resposta, o mesmo referiu que a ideia de que temos de perceber o verdadeiro significado do perfil é importante. Saber se é ou não o ponto para a reforma, como referiu a Deputada Margarida Mano (PSD).

O documento traz um novo paradigma, e as escolas sentem um pouco isso. Salientou que as escolas têm sido confrontadas com paradigmas a mais, face às experiências de que têm sido objeto, como os contratos de autonomia, os contratos de execução e agora a descentralização. O perfil pode ir para um paradigma onde muito se vai mudar e depois ser necessário mais mudanças e depois voltar a ser necessário definir um novo paradigma. O Perfil do Aluno será também uma nova mentalidade para as pessoas e para as famílias. E este perfil também terá repercussões nas avaliações, pois são precisas novas referências para a escola. O perfil não diz que temos de por de lado as aprendizagens, mas focarmo-nos na competência implicará uma mudança de foco.

A Deputada Odete João (PS) referiu que não basta o conhecimento, mas acredita que o conhecimento está antes de tudo, o conhecimento é fundamental.

Quanto a prioridades e ao que deve ser feito respondeu dizendo “perguntem a quem o fez”, pois que vai ser necessário pensar num perfil do professor/escola e do sistema educativo. Tem implicações no ensino dos professores, no programa de ensino, na forma como se avalia, nos instrumentos de avaliação e até o próprio sistema educativo, como a descentralização.

Com vista a responder à Deputada Joana Mortágua, referiu que nos últimos anos temos valorizado aspetos que não o perfil, e de facto Portugal tem tido bons resultados ao nível europeu. Se deviam ter sido procurados outros resultados, tal será uma decisão política.

A questão da preparação para os exames. Para qualquer professor não é politicamente correto dizer-se que o Português e Matemática são as disciplinas principais. Contudo, na sua opinião, são disciplinas importantes e estruturantes, para as quais se deve ter uma atenção especial.

Respondendo à deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP), o Governo parece que inicialmente queria implementar o perfil. A procura deste tipo de ensino/aprendizagens implicará professores diferentes, e as escolas não têm autonomia para este tipo de escolha, tal como a avaliação deverá ser vista de outra forma. Quanto ao acesso, referiu que há uns anos achava que deviam

ser as faculdades a tratar, mas considera que todas as formas para resolver a questão do acesso são piores do que a atual, sendo o exame a forma mais equitativa de resolver a questão. Salientou que é preciso ter cautelas nestas matérias, não obstante os exames poderem constituir um fator de perturbação do ensino secundário, porque a escola tem de preparar os alunos para tanto e logo, poderão ser transviados os objetos do ensino secundário.

O Presidente deu ainda a palavra ao Senhor Doutor António Pinto para complementar a resposta, o qual referiu que não se sabe se o Perfil do Aluno é um documento de reflexão ou um plano para uma reforma. Questionou se é ou não um documento para implementar do ponto de vista prática. Contudo, referiu que na opinião do Conselho de Escolas, o Perfil do Aluno é um documento balizador, e será sempre aplicado ou implementado num processo em contínuo. Referiu, ainda, que este documento tem uma matriz ideológica, e para ser aceitável não pode ser inócuo, tem antes de provocar alterações. Não obstante, elucidou que a aplicação deste perfil carece de uma escola do século XXI, o que pressupõe mudanças, alterações. Salientou, ainda, que a chave para a autonomia das escolas poderia estar aqui, pois que inovações como as que a este perfil carece são difíceis com programas nacionais. Terminou, referindo que o documento é importante por agregador, mas é desafiante. E é preciso discutir o que é que se vais mudar e com que objetivo.

O Deputado Porfírio Silva (PS) pediu a palavra para fazer um comentário a um dos pontos amplamente discutidos pelo Conselho Nacional de Educação, de que faz parte, que é se faz sentido falar desta dicotomia entre conhecimento e competências. O Conselho Nacional de Educação recusou que fosse feita esta distinção, na medida em que as competências decorrem do conhecimento, pelo que não deverão, os mesmos ser tidos como conceitos apostos.

Foi ainda dada a palavra à Senhora Doutora Lucinda Ferreira que referiu que o Perfil do Aluno é importante, existindo, dentro da própria comissão, opiniões diversas. Evidenciou que nos últimos 20 anos sempre tivemos um perfil de uma escolaridade obrigatória até ao nono ano. Tal como alertou para o facto de as escolas estarem cansadas de mudanças. Considera que há que olhar para as escolas e pôr em primeiro lugar o conhecimento, sendo certo que hoje o conhecimento não é só dos professores. Notou, ainda, que não é possível aos professores, formados com uma formação do século XX, terem uma educação para o século XXI. Terminou, referindo que as mudanças são feitas em contínuo, e que não olha para o perfil como um retrato, mas antes como um balizar daquilo que deve ser o trabalho da escola, sendo preciso deter as ferramentas necessárias para isso.

O Presidente agradeceu as intervenções e referiu esperar que este debate continue.

A audiência foi gravada em registo vídeo, constituindo parte integrante desta ata e que por isso dispensa a realização de maiores desenvolvimentos nesta sede, estando disponível para consulta na [página da Comissão](#).

5. Audiência à FENPROF - Federação Nacional dos Professores - sobre as Apreciações Parlamentares ao DL 45/2016 - 11h00

O Presidente da Comissão cumprimentou os membros da delegação da FENPROF, composta pelo Senhor Professor João Cunha Serra, Presidente do Conselho Nacional, pelo Professor José Alberto Marques, membro do Secretariado Nacional e pelo Professor Hernâni Mergulhão, membro do Departamento do Ensino Superior e Investigação. O Presidente lembrou, ainda, a grelha de tempo das intervenções e passou depois a palavra aos membros da delegação para a intervenção inicial.

O Senhor Professor João Cunha Serra começou por referir que este processo faz parte de um conjunto de legislação que tem sido produzido, contribuindo para os corpos docentes dos

politécnicos. Referiu ser importante salientar o esforço dos Grupos Parlamentares neste processo, que combinou qualificação com vinculação e permitiu abranger cerca de 2.000 docentes. Mencionou, ainda, que este processo de Apreciação Parlamentar irá permitir que o trabalho legislativo em torno desta questão fique terminado de vez.

Salientou, contudo, dois aspetos principais que carecem de alteração, a saber, as restrições introduzidas no diploma quanto à possibilidade de ingresso num contrato por tempo indeterminado, e quanto à possibilidade de aqueles que entraram com contrato por tempo indeterminado e que hoje estão impedidos de acederem à dedicação exclusiva. Outra questão é a do alargamento do âmbito do diploma.

Referiu que, considerando este regime transitório, cerca de 200 tiveram dificuldades na obtenção do doutoramento e estão sob o risco de deixarem de ter contrato, ou de ficarem a tempo parcial.

Terminou, apelando à Comissão e aos diferentes Grupos Parlamentares para que façam um esforço no sentido de fechar estes processos. Referiu ter já entregue a proposta da FENPROF, admitindo a existência de outras formas de atingir estes objetivos, considerando importante que a Assembleia da República não perca tempo a dar resposta positiva a estas duas situações.

No seguimento desta intervenção, foi dada a palavra ao deputado Duarte Marques (PSD), o qual cumprimentou a delegação e aproveitou a oportunidade para dizer que o seu Grupo Parlamentar lamenta profundamente que a FENPROF ponha em causa fazer greve no dia do exame nacional. Quando ao diploma, referiu que na Comissão de Educação e Ciência houve, recentemente, um episódio salutar relativo a outro processo de Apreciação Parlamentar, onde houve um grande processo de negociação que chegou a bom porto. Fazendo o paralelismo, a FENPROF poderá contar, da parte do seu Grupo Parlamentar, com o mesmo empenho. O diploma não conseguiu dar resposta às promessas deste Governo, pelo que o Grupo Parlamentar do PSD irá tentar, mas sempre em coerência com a sua atuação passada, numa ótica de melhoria do diploma. Questionou, ainda, se a FENPROF, dispunha de dados sobre o número de pessoas que cabiam dentro do período de 5 anos, e logo do número de pessoas que estaríamos a falar.

O Deputado Porfírio Silva (PS) referiu que a FENPROF, no seu pedido de audiência e em sede da presente reunião, diz claramente o que pretende e fundamenta o seu pedido. Expôs que o seu Grupo Parlamentar dispõe de parceiros que os ajudam a ver os diversos pontos de vista. Salientou que o prazo para entrega de propostas de alteração à Comissão terminou no dia anterior. Informou que o Grupo Parlamentar do PS irá construir sobre aquilo que já existe, considerando que o Decreto-Lei n.º 45/2016, de 17 de agosto, foi um avanço quanto à solução anterior de que dispúnhamos. Trata-se da instituição nesta matéria de um regime transitório, existindo, necessariamente, um conjunto de situações que ficam de fora, por isso há que melhorar. Referiu, por fim, que é preciso ter consciência que não é com este regime que se irá melhorar a situação de todos os precários, que terão de ser, necessariamente acolhidos noutros âmbitos.

O Deputado Luís Monteiro (BE) cumprimentou a delegação da FENPROF e referiu que é essencial que o regime transitório não se transforme num regime *ad eternum*, e que o seu Grupo Parlamentar não pretende que, daqui por uns anos, voltem a ser discutidas as mesmas questões, do tempo do exercício e do exercício como professor adjunto ou como assistente, etc.

Salientou que o seu Grupo Parlamentar tem conhecimento de que existe um enquadramento que não entrou no regime transitório, e que o espírito da Apreciação Parlamentar apresentada pelo BE e das suas propostas de alteração esperam que haja lugar a uma maior abertura por parte dos restantes Grupos Parlamentares, para que se resolva de uma vez por todas os problemas, apelando a abertura para as negociações que se avizinham.

A Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) saudou a apresentação feita pela FENPROF e cumprimentou a respetiva delegação. Referiu que o assunto não é novo. Todos os Grupos Parlamentares estão a tentar encontrar uma solução que feche o processo do regime. Informou

que, quando receberam a FENPROF, após a publicação deste diploma, o problema principal era as remunerações. Agora, parece que os problemas serão três, a saber, da integração das carreiras, em que há que atender ao Orçamento do Estado e ao contexto económico favorável, determinação dos prazos e logo da abrangência do diploma, e por fim o prazo para a prestação das provas. Informou que as votações começam para a semana, e não vão entregar proposta de alteração por considerarem que as que estão em cima da mesa já vão no sentido pretendido.

A Deputada Ana Virgínia Pereira (PCP) saudou a delegação da FENPROF. Prosseguiu, expondo que o Decreto-Lei n.º 45/2016, de 17 de agosto, foi um avanço, mas que persistem várias situações de injustiça para os quais terão de olhar. Referiu terem recebido dezenas de *mails* com situações particulares e que se circunscrevem a duas ou três áreas. Os que em 2009 tinham 5 anos e não mais que; a prorrogação do prazo do doutoramento, por falta de tempo, ou por motivos monetários, entre outros. Para além destes problemas, como a integração dos docentes e o devido posicionamento na remuneração. Terminou, referindo que neste momento não há interesse em fazer perdurar regimes transitórios, mas antes na resolução destes regimes transitórios.

Devolvida a palavra ao Senhor Professor João Cunha Serra, o mesmo agradeceu todas as intervenções e questões colocadas. Referiu que a FENPROF é uma organização sindical e todas as formas de luta estão em cima da mesa. Mas irá transmitir ao camarada Mário Nogueira, as palavras do Grupo Parlamentar do PSD.

Em resposta às questões colocadas, mencionou que é muito difícil saber o número certo de colegas que estarão na faixa dos 5 anos, causada por uma eventual redução dos 20 anos para os 15 anos, variando este número de instituição para instituição, julgando, contudo, que serão números relativamente pequenos, dos colegas que têm de lançar mão dessa prova.

Referiu registar como positiva a disponibilidade do Grupo Parlamentar do PS para encontrar soluções, sendo certo que o planeamento do próximo ano letivo está dependente da conclusão destes trabalhos.

Agradeceu, ainda, a disponibilidade da Senhora Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) e do seu Grupo Parlamentar para encontrar soluções, e também da Senhora Deputada Ana Virgínia Pereira (PCP) e do respetivo Grupo Parlamentar, e no fundo deste clima construtivo de tentar obter as melhores respostas a estas situações, porque é algo que anima a FENPROF.

Neste seguimento, o Deputado Porfírio Silva (PS) pediu a palavra para fazer uma interpelação à mesa, questionando quais os Grupos Parlamentares que haviam apresentado propostas de alteração.

O Deputado Duarte Marques (PSD) solicitou a palavra para interpelar a mesa, no sentido de saber quantas respostas estão em atraso por parte do Ministro da Educação e Ciência.

O Presidente informou que, em sede de Comissão, apenas o Grupo Parlamentar do Partido Socialista havia apresentado proposta de alteração. E que o conhecimento que tem é que são cerca de centenas de faltas de resposta por parte do referido Ministro.

O Presidente agradeceu as intervenções e os esclarecimentos prestados.

A audiência foi gravada em registo vídeo, constituindo parte integrante desta ata e que por isso dispensa a realização de maiores desenvolvimentos nesta sede, estando disponível para consulta na [página da Comissão](#).

6. [Petição n.º 265/XIII \(2.ª\)](#) – apresentada por Associação de Pais e Encarregados de Educação dos Alunos da Escola Secundária José Falcão - Solicitam a adoção de medidas com vista à realização de obras na Escola Secundária José Falcão

O Presidente deu a palavra ao Deputado Pedro Coimbra (PS) para expor o relatório final elaborado para a petição supra identificada.

Feita a exposição e colocado a votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade dos presentes.

7. [Petição n.º 256/XIII \(2.ª\)](#) – apresentada por Ana Margarida Carvalho Maia – Solicitam que sejam adotadas medidas com vista à resolução da situação contratual precária dos técnicos especializados nas escolas

O Presidente deu a palavra ao Deputado Álvaro Batista (PSD), para apresentar o Relatório Final, elaborado para a petição supra identificada.

Após a exposição, foi manifestado por todos os Grupos Parlamentares apreciação pelo Relatório em questão. Contudo, consideraram que no ponto III deste relatório, alguns dos parágrafos finais, consubstanciavam uma opinião do Senhor Deputado, ainda que uma opinião isenta, face aos dados que transcreve. Assim, solicitaram que procedesse à devida correção, passando tais parágrafos para o ponto relativo à Opinião do Relator.

O Deputado Álvaro Batista (PSD) agradeceu os comentários e referiu estar disposto a fazer tal alteração. Contudo, por considerar que tais parágrafos eram, de facto, isentos de uma opinião pessoal, pediu o adiamento do presente ponto, com vista à inclusão destes no ponto relativo à opinião do Relator, sendo certo que, desta forma, não se iria abster de espelhar a sua efetiva opinião.

Com o consenso de todos os Grupos Parlamentares presentes, foi deliberado o adiamento do presente ponto.

8. [Projeto de Resolução n.º 816/XIII/2.ª \(PCP\)](#) – Defende a conclusão da construção da Escola Básica Diogo Lopes de Sequeira – Alandroal

9. [Projeto de Resolução n.º 854/XIII/2.ª \(PSD\)](#) - Recomenda ao Governo que adote medidas que permitam a realização de obras de construção do Pavilhão Gimnodesportivo da Escola Básica Diogo Lopes Sequeira do Alandroal

Os pontos 8. e 9. foram objeto de tratamento conjunto, tendo sido dada a palavra à Deputada Ana Mesquita (PCP) que referiu que a proposta de redação final do Projeto de Resolução do PCP não refletia uma parte da sua proposta. Por outro lado, a proposta de texto de fusão destes dois projetos de resolução, considera uma proposta do Grupo Parlamentar do PSD em relação à qual o PCP se absteve.

Por considerar possível a existência de um tempo final, solicitou mais tempo para averiguar da questão.

10. Apreciações Parlamentares n.ºs [23/XIII/2.ª \(BE\)](#) e [25/XIII/2.ª \(PCP\)](#) - Primeira alteração, por apreciação parlamentar, ao Decreto-Lei n.º 57/2016, de 29 de agosto, que aprova um “regime de contratação de doutorados destinado a estimular o emprego científico e tecnológico em todas as áreas do conhecimento”

O Presidente questionou os Grupos Parlamentares quanto à redação final proposta pelos serviços da Assembleia da República.

O Deputado Porfírio Silva (PS) pediu a palavra para expor que o Grupo Parlamentar do PS ainda não tinha tido tempo suficiente para avaliar a proposta, pretendendo manifestar a sua concordância durante o dia de hoje.

A Deputada Ana Mesquita (PCP) referiu que é de todo urgente que esta redação final siga, referindo estar em condições para o fazer nesta reunião.

O Deputado Luís Monteiro (BE) referiu que da parte do seu Grupo Parlamentar a redação final merece aprovação.

A Deputada Ana Mesquita (PCP) solicitou a palavra para referir que concordam com a totalidade da proposta de redação final da DAPLEN, exceto no que respeita ao n.º 1 do artigo 23.º, concretamente à supressão do termo “até” que pode levar a dúvidas de interpretação.

O Deputado Duarte Marques (PSD) e a Deputada Ilda Araújo Novo (CDS-PP) manifestaram a sua concordância com a redação final apresentada.

O Deputado Porfírio Silva (PS) expôs que a dificuldade do seu Grupo Parlamentar é exatamente a mesma que a da Deputada Ana Mesquita (PCP).

Levado a votação a redação final proposta, foi a mesma aprovada, sem votos contra, exceto no que respeita ao n.º 1 do artigo 23.º que deverá manter a redação do texto final votado em Plenário.

11. Data da próxima reunião

14 de junho de 2017 (quarta-feira), às 10h

A reunião foi encerrada às 12:30 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 07 de junho de 2017

A presente ata foi aprovada na reunião da Comissão de 14 de junho de 2017.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO

(Alexandre Quintanilha)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alexandre Quintanilha
Amadeu Soares Albergaria
Ana Mesquita
Ana Rita Bessa
Ilda Araújo Novo
Joana Mortágua
Laura Monteiro Magalhães
Lúcia Araújo Silva
Luís Monteiro
Margarida Mano
Maria Augusta Santos
Maria Germana Rocha
Odete João
Pedro Alves
Pedro Pimpão
Porfírio Silva
Sandra Pontedeira
Susana Amador
Álvaro Batista
Ana Virgínia Pereira
Duarte Marques
Margarida Balseiro Lopes
Pedro Coimbra

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

André Pinotes Batista
Maria Manuela Tender
Nilza de Sena

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Diogo Leão
Emília Santos